

3.13. Investimentos Futuros do Setor Privado

Introdução

Na atividade do planejamento turístico, a resposta de empreendedores aos estímulos de desenvolvimento oferecidos pelas políticas públicas pode ser entendido como um termômetro do potencial turístico da região. Por isso é tão importante acompanhar os investimentos realizados pelo setor privado.

Um primeiro indicador é quanto ao retorno dos investimentos e das ações públicas, ou seja, quanto os investidores privados estão trazendo para a região. Essa informação está relacionada ao impacto dos investimentos na economia local, através de empregos e compras.

Uma outra informação necessária é em relação ao direcionamento que o mercado está dando ao destino turístico e como ele lê essas ações e investimentos públicos, ou seja, qual é a resposta qualitativa do mercado às ações do governo. Permite, assim, o acompanhamento das ações indutoras de desenvolvimento.

Essas informações, portanto, são de extrema relevância para o planejamento e gestão do turismo. Além de ser necessária uma estimativa sobre os benefícios que as ações públicas trazem para a comunidade, conhecer o retorno dos investimentos é uma forma de acompanhar a performance da gestão e controlar os seus resultados.

A SUINVEST criou, como forma de gerir o crescimento do turismo no Estado, uma ferramenta para acompanhar os investimentos turísticos privados. De acordo com esse sistema, os investimentos podem se encontrar em três situações: em projeto; em execução e concluídos. Com base nesse material e através de contato direto com os empreendedores durante a pesquisa de campo no Pólo Litoral Sul, chegou-se às informações presentes nesse capítulo.

Investimentos Privados no Pólo Litoral Sul

A decisão de investir em um determinado projeto depende de vários fatores. A primeira avaliação deve considerar os aspectos econômicos do projeto, ou seja, qual é a sua rentabilidade e o seu retorno. Dentre as diversas alternativas, o investidor vai escolher aquela que oferece a melhor relação retorno-risco.

Além desses fatores quantificáveis, é preciso também ter em mente fatores de ordem subjetiva, não-quantificáveis, como as metas do investidor, as restrições relativas a financiamento e investimento, as políticas operacionais e administrativas adotadas para o negócio etc.

Um primeiro fator importante para a escolha do investimento é o cenário macro-econômico, isto é, quais são as previsões do investidor em relação ao futuro da economia do país ou do

Estado. Acreditar em um cenário estável e favorável, permite ao investidor planejar por um prazo mais longo.

Em adendo, o empresariado precisa acreditar que o Poder Público continue com os seus incentivos às atividades turísticas. Esse setor da economia é muito sensível a variações no cenário político e social da região. Os empreendedores, portanto, precisam acreditar que as ações públicas para o desenvolvimento do Turismo irão continuar acontecendo.

Um último elemento favorável aos investimentos é relacionado com as facilidades de infraestrutura, a disponibilidade de financiamento e os atrativos do destino. Esses fatores são condicionados à presença dos dois citados anteriormente.

Investimentos Hoteleiros Realizados no Pólo 1991 - 2000

A tabela abaixo fornece dados sobre investimentos privados em hotelaria realizados no Pólo Litoral Sul entre 1991 e 2003.

Tabela 3.13.1 – Investimentos Privados Concluídos no Pólo Litoral Sul – 1991-2003¹

Período	1991/1995	1996/2000	2001/2003	1991/2003	% sobre total
Costa do Dendê					
Valor	13.033.300	7.725.100	620.000	21.378.400	22%
UHs	848	432	8	1.288	31%
Empreendimentos	58	42	1	101	36%
Costa do Cacau					
Valor	27.208.000	45.402.005	2.267.400	74.877.405	78%
UHs	1.614	1.053	141	2.808	69%
Empreendimentos	109	64	9	182	64%
PÓLO LITORAL SUL					
Valor	40.241.300	53.127.105	2.887.400	96.255.805	100%
UHs	2.462	1.485	149	4.096	100%
Empreendimentos	167	106	10	283	100%

Fonte: SUINVEST Abril/2003
Elaboração: FGV 2003

A tabela ilustra um volume de investimentos na Costa do Cacau bastante maior do que o volume observado na Costa do Dendê. Alguns empreendimentos de grande valor agregado garantem a preponderância desta Zona. É o caso dos empreendimentos Cana Brava Resort e Opaba Praia Hotel, em Ilhéus, dos resorts em Itacaré (Txai Resort e Itacaré Eco Resort) e da ampliação do Hotel Transamérica, na Ilha de Comandatuba (Una).

Tais investimentos refletem um maior desenvolvimento da Zona no que diz respeito a infraestrutura e acessos. A presença do Aeroporto de Ilhéus, somada às valiosas caracterizações versadas nos livros de Jorge Amado (internacionalmente conhecidos) sustentam uma

¹ A Tabela 3.13.1 considera somente os empreendimentos que têm UHs, estando excluídos os projetos turísticos que não são meios de hospedagem.

imagem positiva da região no mercado turístico nacional e internacional. Além disso, os investimentos realizados pelo Estado nessa região (destaque para a APA Itacaré-Serra Grande e Estrada-Parque Ihéus-Itacaré, com recursos do PRODETUR NE I) tiveram grande repercussão nos investimentos privados. Nota-se, por exemplo, a grande quantidade de investimentos em Itacaré após 1995 (ano de implantação da estrada).

A Costa do Dendê passa a ganhar maior envergadura e maior consideração do mercado somente nos últimos 5 anos, como consequência da nova política de desenvolvimento do Estado da Bahia, proposta em 1991, que buscava a descentralização dos investimentos para um desenvolvimento mais equilibrado entre as regiões. Como reflexo desta política, se construiu, num acordo entre o Governo da Bahia, o Ministério da Aeronáutica e o setor privado, o aeroporto de Valença. O PRODETUR NE I já investiu recursos para o acesso do aeroporto ao Terminal Marítimo de Bom Jardim, procurando promover o transporte multimodal no Pólo, mas ainda sem resultados na atração de vôos comerciais. O aeroporto passa hoje por uma situação de grande ociosidade.

Investimentos Hoteleiros Previstos e em Execução

Além dos investimentos realizados, a SUINVEST faz o acompanhamento dos investimentos em implementação e dos programados para o futuro. Os investimentos em projeto (programados) consistem em projetos em que a localização e o conceito já estão definidos, aguardando financiamento, licenciamento ambiental ou desenlace de algum outro entrave. Os empreendimentos em fase de execução já iniciaram sua implementação e devem entrar em operação em breve

A Tabela 3.13.2 lista os principais projetos em execução:

Tabela 3.13.2 – Investimentos em Execução e em Projeto - Pólo Litoral Sul

Município	Montante de Investimentos (US\$)	UHs
Canavieiras	6.000.000	120
Itacaré	335.000.000	5.320
Valença	35.000.000	700
Total Pólo Litoral Sul	376.000.000	6.140

Fonte: SUINVEST Abril/2003
Elaboração: FGV 2003

O montante de **investimentos em execução** tem pequenas proporções se comparado aos montantes de investimentos em projeto. Destaca-se o município de Itacaré, que está com mais de 80% dos investimentos em execução no Pólo Litoral Sul. Nos investimentos em projeto, volta a se destacar o município de Itacaré, também com mais de 80% dos recursos programados. Este montante, entretanto, provém de um único investimento, que possui um prazo de implantação extremamente longo.

Em relação a este empreendimento, vale ressaltar que a possibilidade de sua implantação ainda guarda algumas dúvidas, dadas as dimensões do mesmo. Até hoje, o maior investimento hoteleiro concentrado em uma região na Bahia foi o Complexo Sauípe, que soma pouco mais de 1.560 UHs. O empreendimento em questão tem um total de 5.000 UHs, devendo serem avaliadas suas condições de implantação e impacto ambiental de acordo com a capacidade de carga do município de Itacaré. Se a cidade suportar tal projeto, ele provavelmente será realizado em etapas, o que pode resultar na postergação da data prevista de conclusão (2009).

Provavelmente este *boom* de investimentos no município seja resultado da construção do trecho da BA-001 que liga Ilhéus a Itacaré (1995). O entorno da estrada ainda apresentam algumas oportunidades interessantes para investimentos em ecoturismo.

Do total dos **investimentos em projeto** para os próximos anos no Pólo, 90% estão destinados à Costa do Cacau, ficando a Costa do Dendê com apenas 10%. As intervenções do PRODETUR NE I no Pólo se concentraram na implementação das APAs de Itacaré - Serra Grande e Lagoa Encantada (Costa do Cacau) e Pratigi (Costa do Dendê), além da estrada Ilhéus-Itacaré e do Parque Estadual do Conduru. A garantia de preservação e a atenção ao ambiente provavelmente são fatores que influem na decisão de investir na área. No caso de Itacaré, a presença da APA somada à implantação da rodovia gera grandes oportunidades para o desenvolvimento do ecoturismo, baseado nos atrativos naturais e culturais da região.

Na Costa do Dendê, os investimentos futuros refletem precisamente a situação do turismo na Zona Turística. Existem investimentos programados para Maraú e Valença. Maraú é um destino ecoturístico, em fase de pleno desenvolvimento, cuja acessibilidade só pode ser feita via marítima ou em estrada não-asfaltada de péssimas condições. Valença tende a ser o grande portal de entrada da Costa do Dendê. Diversos outros destinos na Zona apresentam boas oportunidades de investimento, que vêm aos poucos sendo descobertas por turistas e empreendedores. Exemplos destes destinos são a Ilha de Boipeba, Ituberá (onde foi implantada a APA do Pratigi) e Cairu.

É notório que as intervenções do PRODETUR NE I, além de outros investimentos realizados pelo Governo do Estado tiveram grande influência no quadro atual de investimentos privados no Pólo. Os resultados destes investimentos e intervenções ainda estão brotando em grandes empreendimentos, como o de Itacaré, que deve ter mais de 5 mil UHs.

A partir da constatação que as intervenções do PRODETUR e do Governo geraram reflexos e alavancaram os investimentos privados no Pólo, deve-se eleger novas áreas de intervenção sob duas óticas. De um lado, deve-se eleger as áreas para que (i) os investimentos já realizados pelo PRODETUR NE I sejam completados e tenham seus reflexos no desenvolvimento do turismo maximizados e (ii) estejam preparadas para receber grandes investimentos do setor privado e provável aumento no fluxo de turistas. Por outro lado, deve-se planejar o desenvolvimento de áreas de grande potencial, mesmo as que não foram incluídas no âmbito do PRODETUR NE I, para que os investidores tenham mais opções de investimentos no Pólo e para que os destinos turísticos se desenvolvam de maneira equilibrada, evitando grandes impactos ambientais e sociais com a chegada da atividade turística em localidades despreparadas para tanto.

Investimentos Não-Hoteleiros

Dentro do banco de dados de controle dos investimentos privados elaborado pela SUINVEST, a grande maioria dos investimentos referem-se a empreendimentos hoteleiros. Estes empreendimentos foram contemplados na análise acima.

No Pólo Litoral Sul, o único investimento que não previu UHs em sua implantação foi o Ecoparque de Una, realizado em 1997 no valor de US\$ 200 mil. O Ecoparque é uma RPPN (Reserva Particular do Patrimônio Natural), implantada sob a iniciativa do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais do Sul da Bahia (IESB) em parceria com a *Conservation International*. Trata-se de uma Unidade de Conservação (UC) que oferece possibilidade de visitação e lazer em seus atrativos. Entre estes, merece destaque a trilha suspensa na copa das árvores, permitindo a prática do arvorismo entre Micos-Le es-da-Cara-Dourada a 20m do chão.

Alguns empreendimentos cadastrados no banco de dados não são exclusivamente hoteleiros, mas por apresentarem UHs em seu projeto, foram considerados na análise dos empreendimentos hoteleiros. Estes empreendimentos, no Pólo, dividem-se em:

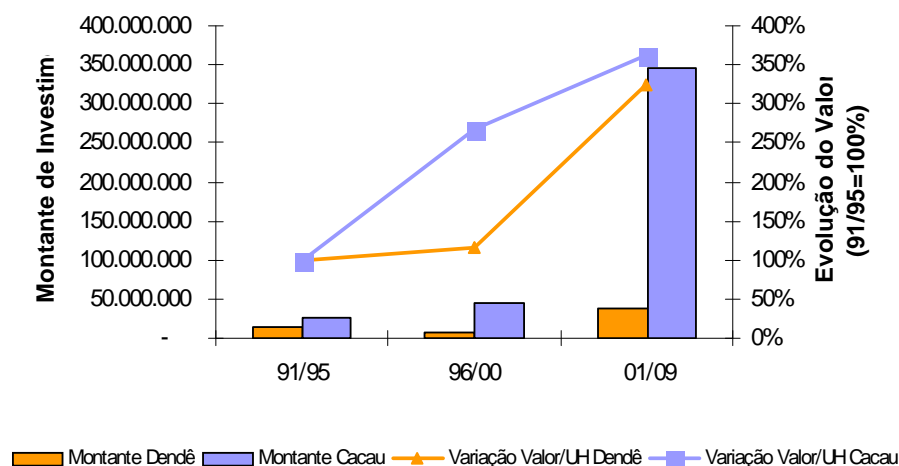
- Marinas;
- Clubes de Surfe, e
- Empreendimentos mistos – residenciais e hoteleiros

Efetivamente, foram poucos os empreendimentos turísticos não hoteleiros desenvolvidos ou projetados no Pólo. Assim, recomenda-se que o Estado estimule a implanta o pelo setor privado de outras classes de empreendimentos, como restaurantes, parques temáticos, equipamentos de lazer, centros culturais, lojas de *souvenirs* etc.

Qualidade dos Investimentos

O valor investido por UH está diretamente relacionado   sofisticac o e qualidade dos meios de hospedagem. O gráfico abaixo ilustra os montantes de investimentos nas duas Zonas Turísticas para os períodos 1991-1995, 1996-2000, 2001-2009. As linhas representam a evolu o do valor investido por UH, ,também para cada Zona.

Gráfico 3.13.1 – Montantes de Investimento e valores investidos por UH - Pólo Litoral Sul



Fonte: SUINVEST Abril/2003
Elaboração: FGV 2003

Apesar de último período ser maior do que os demais, mais de 90% do montante investido na Costa do Cacau neste período representa apenas um empreendimento, o que garante a comparabilidade com os demais períodos. Percebe-se uma disposição cada vez maior em investir no Pólo Litoral Sul, principalmente pelo aumento no volume de recursos investidos (ou a serem investidos) na região ao longo dos três períodos analisados.

Além da maior disposição de investir no Pólo, nota-se um grau crescente de sofisticação dos empreendimentos, já que o valor investido por UH chega a crescer 250% em relação ao primeiro período. Para a análise da evolução na sofisticação dos empreendimentos hoteleiros através do valor investido por UH, algumas ressalvas merecem ser observadas:

- Os valores são cadastrados nos bancos de dados da SUINVEST em dólares americanos. O controle de investimentos privados no pólo passou a ser feito, no atual modelo, a partir de 1998. Portanto, grande parte dos empreendimentos cadastrados têm seus valores em dólares de 1998. Entretanto, após esta data, os novos investimentos têm seus valores lançados em dólares vigentes na data em que foram cadastrados, e não mais em dólares de 1998. Não havendo a informação do ano em que cada investimento foi cadastrado, não é possível atualizar os valores em dólares. Portanto, para os fins desta análise, considera-se que os valores em dólar se mantiveram estáveis desde 1998.
- Sabe-se que a moeda americana, desde 1998, apresentou pequenos índices de inflação. O crescimento do valor investido por UH foi, contudo, maior do que a inflação observada, o que permite a formulação da hipótese de que os valores realmente investidos aumentaram desde aquele ano.
- A questão da desvalorização do Real a partir de janeiro de 1999 também distancia um pouco a análise da situação real. Se os valores investidos em dólar

apresentassem queda ao longo dos períodos, essa queda, em Reais (R\$) seria muito maior, dada a desvalorização da moeda nacional. Entretanto, se constatou um grande aumento nos valores investidos em dólar. Somando-se a este aumento à desvalorização do real, percebemos que os valores investidos em real cresceram ainda muito mais do que os valores em dólar. Esta conclusão corrobora a evolução na sofisticação dos empreendimentos.

Mesmo ponderando a análise dos investimentos (que não considera a inflação da moeda americana nem a desvalorização do Real), é possível observar um grande aumento no valor investido por UH no Pólo Litoral Sul, reflexo de uma tendência de sofisticação crescente dos investimentos no Pólo.

Os dados induzem a acreditar que os investimentos do Governo do Estado iniciados em 1991 e do PRODETUR NE I – amplamente implementados no período de 95-98, além de ações que perduram até hoje – foram determinantes para o início do desenvolvimento turístico da região. Atualmente, os investimentos na área vêm atraindo empreendimentos de alta sofisticação para o Pólo Litoral Sul.

O grande potencial turístico da Costa do Cacau é um importante aliado para reverter a situação de estagnação econômica na qual a maioria dos municípios da área se encontra após a crise do cacau durante as décadas de 80 e 90.

Atração de Investimentos para o Pólo Litoral Sul

Política Estadual de Atração de Investimentos

A estratégia de atração de investimentos privados para a atividade turística no Estado é implementar infra-estruturas imprescindíveis ao desenvolvimento do setor. Mais recentemente, a perspectiva estratégica do Governo do Estado visa a descentralização dos investimentos, para um desenvolvimento mais equilibrado entre as regiões.

De posse de tais infra-estruturas, o Governo do Estado faz esforços de promoção tanto das potencialidades locais quanto da infra-estrutura disponível, isto é, promove os recursos existentes nos locais de investimento. Dentro as Secretaria de Cultura e Turismo do Estado da Bahia (SCT), o órgão responsável pela atração de investimentos privados no turismo é a SUINVEST, Superintendência de Investimentos em Pólos Turísticos.

As principais ações observadas no sentido de atrair investimentos para o Pólo são relacionadas à **divulgação** de oportunidades de investimento e **assessoria aos investidores** (Programa de Atendimento Empresarial), além, é claro, do planejamento das intervenções que impactam a atividade turística. Estas duas vertentes fazem parte do “Programa de Captação de Investimentos Privados”.

As ações de divulgação e promoção do Pólo como um local atrativo para investimentos turísticos são vistas em material impresso e no site da SCT, além da participação em congressos e reuniões relacionadas ao setor. Especificamente no Pólo Litoral Sul, merecem destaque as seguintes ações:

- Realização do Seminário para Investimentos no Turismo, em Ilhéus, com a participação de 200 empresários para discussão do Prodetur e de linhas de crédito existentes, com participação do Desenbanco, Banco do Brasil e BNB;
- Ampliação, atualização e envio para investidores do Cadastro de Áreas para Turismo e Hotéis à venda no Estado da Bahia;
- Elaboração e impressão do folheto Fontes de Financiamento para Investimentos Privados em Turismo;
- Lançamento do Boletim Trimestral *Bahia Tourism Invest* – atualmente na 27ª edição, enviado por mala direta para empresas e investidores internacionais;
- Lançamento de Folheto Programa de Desenvolvimento do Turismo na Bahia - "Oportunidades de Investimentos", elaborado em 3 idiomas;
- Participação no Seminário do Banco INTESA-BSCI e Ministério do Esporte e Turismo em Roma/Itália e com o Banco Paribas em Paris;
- Participação em diversos Seminários "Hotels & Resorts" em São Paulo, para promoção de investimentos na Bahia;
- Reedição da brochura sobre Investimentos na Bahia em 2 idiomas para promoção junto a potenciais investidores;
- Realização em Seminários em Lisboa, promovidos pelo Banco Espírito Santo e Deutsche Bank;
- Publicações de livros técnicos de turismo (com *cases* da Bahia) e dos Roteiros Ecoturísticos da Bahia.

Estas ações foram implementadas em grande parte com recursos do PRODETUR NE I, o que mostra a influência deste programa na consolidação da política de atração de investimentos para o Estado e para o Pólo.

Quanto à assessoria aos investidores, dentro da estrutura organizacional da Secretaria de Cultura e Turismo do Estado, há uma equipe, vinculada à SUINVEST, responsável pelo atendimento aos empresários interessados em investir em empreendimentos turístico-hoteleiros nos pólos de desenvolvimento (Programa de Atendimento Empresarial). Essa equipe tem por responsabilidade apoiar a viabilização dos projetos, colaborando durante as etapas de seleção das áreas, conceituação do negócio, tramitação junto aos organismos estaduais e municipais (licenças ambientais, comerciais, alvarás etc) e captação de fundos.

Para conseguir viabilizar um empreendimento turístico no Estado, o investidor se vê obrigado a tratar com diversos órgãos gestores do Governo, em busca de autorizações e licenças. A mediação feita pela SUINVEST entre investidores e órgãos gestores é uma iniciativa que busca amenizar os trâmites burocráticos necessários a quem quer investir, essencial para a dinamização dos investimentos turísticos no Estado. Entre 1995 e 2002, a SUINVEST realizou mais de 1.500 atendimentos a investidores interessados no Estado.

Programas de Apoio Financeiro para o Turismo

Em relação às opções de financiamento, as linhas de crédito nacionais atualmente disponíveis para investidores em turismo no Nordeste e recomendadas pela SUINVEST são as seguintes:

Tabela 3.13.3 – Linhas de Crédito Nacionais

Produtos	Fonte/Agente	Público-Alvo	Finalidade
PRO-TURISMO Programa de Apoio ao Turismo na Bahia	FUNDESE / Desenhahia	Empresa de qualquer porte	Investimentos fixos
PROATUR Programa de Apoio ao Turismo Regional	FNE / Banco do Nordeste	Empresa de qualquer porte	Investimentos fixos de micro e pequenos empreendimento turísticos. Capital de giro associado de até 15%.
BNDES Automático	BNDES / Todos	Médias e grandes empresas	Investimentos fixos. Capital de giro associado de até 35%.
PEMPE Programa de Apoio à Pequena e Média Empresa	BNDES / Todos	Micro e pequenas empresas	Investimentos fixos. Capital de giro associado de até 100%.
FINEM Financiamento à empresa	BNDES / Todos	Médias e grandes empresas	Investimentos fixos. Capital de giro associado de até 35%.
PROFAT Programa de Amparo ao Trabalhador	FAT / Banco do Nordeste, Banco do Brasil e Desenhahia	Micro e pequenas empresas	Investimentos fixos. Capital de giro associado de até 50%.
PRO-TRABALHO	FAT / Banco do Nordeste, Banco do Brasil e Desenhahia	Empresa de qualquer porte	Investimentos fixos. Capital de giro associado de até 50% (micro/pequenas) e até 35% (médias/grandes).
FUNGETUR Fundo Geral de Turismo	FUNGETUR / Desenhahia e Banco do Nordeste	Empresa de qualquer porte	Investimentos fixos
FINOR Fundo de Investimento do Nordeste	FINOR / Banco do Nordeste	Sociedades Anônimas	Investimentos fixos

Fonte: Secretaria de Cultura e Turismo

As condições de garantia, o local onde será aplicado o recurso, os limites de valor e os prazos do financiamento são, além dos identificados na tabela, os principais fatores de diferenciação entre as linhas de crédito.

Ao lado dessas linhas nacionais, são disponibilizadas as seguintes linhas internacionais:

Tabela 3.13.4 – Linhas de Crédito Internacionais

Produtos	Fonte/Agente	Público-Alvo	Finalidade
IFC International Financial Corporation	FUNDO IFC / Banco Mundial	Empresas com faturamento entre US\$ 40-400 milhões anuais	Investimentos fixos, capital de giro, carência e custos operacionais.
IIC Inter-American Investment Corporation	FUNDO IIC	Empresas de grande porte	Empréstimos ou investimentos de capital acionário

Fonte: Secretaria de Cultura e Turismo

Quanto aos programas de incentivos fiscais estaduais, atualmente dois estão vigentes para empreendimentos turísticos:

- **PROBAHIA** (Programa de Promoção do Desenvolvimento da Bahia) – Financia até 75% do ICMS recolhido com a aquisição de máquinas, equipamentos, móveis e utensílios de empreendimentos novos ou em ampliação, com juros baixos e até 3 anos de carência;
- **ENERGIA** – Redução de alíquota de ICMS sobre o consumo de energia elétrica para o setor hoteleiro de 25% para 12%.

Como em todo o país, as garantias mínimas são altas, as taxas pouco competitivas e os prazos de carência e pagamento são curtos. Na prática, o resultado dos empreendimentos raramente é suficiente para honrar o financiamento, ficando os financiamentos limitados a quem já possui recursos. A comunidade local dificilmente consegue uma linha de crédito viável. Os moradores das regiões turísticas, sem capacidade de investimento próprio e com baixa qualificação, não conseguem inserir-se na atividade turística como empreendedores.

Um mecanismo que permitiria maior inserção das comunidades locais na atividade seria o apoio ao associativismo e ao cooperativismo. Através destas associações, a aproximação junto às fontes e aos agentes seria facilitada. Poderia ser exigida, ao mesmo tempo, a participação dos empreendedores em programas de qualificação, aumentando a possibilidade de sucesso dos novos empresários. Uma parceria entre os agentes financiadores, os formuladores dos programas de qualificação e os órgãos executores seria indispensável para a melhoria das condições de crédito às comunidades receptoras.

Licenciamento Ambiental

“Licenciamento Ambiental é o procedimento administrativo pelo qual a administração pública, por intermédio do órgão ambiental competente, analisa a proposta apresentada para o empreendimento e o legitima, considerando as disposições legais e regulamentares aplicáveis e sua interdependência com o meio ambiente, emitindo a respectiva LICENÇA.

Licenciar uma atividade significa avaliar os processos tecnológicos em conjunto com os parâmetros ambientais e sócio-econômicos, fixando medidas de controle, levando-se em

conta os objetivos, critérios e normas para conservação, defesa e melhoria do ambiente e, especialmente, as diretrizes de planejamento e ordenamento territorial do Estado.”²

No Estado da Bahia, o licenciamento ambiental é de responsabilidade do CRA (Centro de Recursos Ambientais, vinculado à Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos e ao Conselho Estadual de Meio Ambiente – CEPRAM, que é tripartite e paritário, com 05 membros da estrutura do governo, 05 membros de ONGs e 05 membros da sociedade civil organizada.

O licenciamento é requerido para todos os empreendimentos ou atividades efetiva ou potencialmente poluidoras, que utilizam os recursos ambientais, bem como os empreendimentos que possam causar degradação ambiental.

Dentre estes empreendimentos, incluem-se os seguintes grupos de atividades:

- Agricultura, Florestas, Caça e Pesca;
- Mineração;
- Indústrias de Transformação;
- Transporte;
- Serviços;
- Obras Civas; e
- Empreendimentos Urbanísticos, Turísticos e de Lazer.

A licença ambiental é necessária tanto para os empreendimentos do setor privado quanto para intervenções e equipamentos a serem implantados pelo poder público (rodovias, estações de tratamento de esgoto, aterros sanitários etc.).

Todos os empreendimentos que usufruam de isenções fiscais ou financiamentos, concedidos direta ou indiretamente pelo Estado, precisam da licença ambiental independente de seu porte, sob pena de os benefícios serem sustados pelo CEPRAM ou pelo agente financiador. Assim, qualquer empreendimento que precise de financiamento terá que pleitear a licença ambiental.

A aquisição da Licença Ambiental depende de um procedimento determinado pelo CRA, composto das seguintes etapas:

1. Requerimento da Licença;
2. Análise Técnica (CRA);
3. Apreciação pelo CEPRAM;
4. Publicação da Resolução CEPRAM;
5. Emissão do Certificado de Licença.

² Fonte: “Manual – Novo Licenciamento Ambiental Passo a Passo – Normas e Procedimentos”. CRA, 2001, pg. 3.

O processo todo dura entre 30 dias e 12 meses, de acordo com o tipo de licença pleiteada e dimensão do empreendimento.

Situação dos Empreendimentos Projetados para o Pólo Litoral Sul em Relação às Licenças Ambientais

O licenciamento ambiental é um procedimento necessário a empreendimentos e atividades de diversos setores. Dentre esses, os empreendimentos turísticos são apenas um pequeno grupo, representado no Pólo Litoral Sul por 4 empreendimentos (ver Tabela 3.13.2 – Investimentos em Execução e em Projeto - Pólo Litoral Sul).

A análise técnica do CRA é realizada para cada empreendimento isoladamente, não estando disponíveis informações agregadas por atividade sobre o andamento dos processos. Além disso, informações sobre o andamento do processo antes do deferimento poderão ser obtidas através do site do CRA (www.cra.ba.gov.br). As informações atualizam o empreendedor apenas sobre as vias de análise do processo e não sobre a análise técnica propriamente dita.

Deste modo, não se sabe qual é o estágio de licenciamento ambiental atingido pelos empreendimentos em projeto no Pólo. No entanto, os empreendimentos hoteleiros, por gerarem significativos impactos ambientais (como exemplo, pode-se citar o aumento na geração de resíduos sólidos e efluentes), são legalmente obrigados a apresentarem licenciamento ambiental.

A estrutura desenvolvida pelo CRA para orientar e facilitar os investidores no momento da solicitação das licenças faz o processo ser mais rápido e eficiente. Todas as informações necessárias ao investidor estão disponibilizadas no site do órgão (www.cra.ba.gov.br). A disponibilidade de informações e procedimentos aliada ao serviço de assessoria aos investidores prestado pela SUINVEST (além da infinidade de recursos disponíveis na Bahia) fazem do Estado um local bastante atraente para investimentos privados.

Conclusão

As tabelas demonstram que há uma disposição crescente para investir em projetos turístico-hoteleiros no Pólo Litoral Sul. Os empreendimentos de maior porte ainda estão em fase de projeto, aguardando financiamento ou melhores perspectivas macroeconômicas. Tal disposição é efeito direto do grande potencial que as duas zonas apresentam principalmente para o turismo.

O Pólo Litoral Sul vem passando por um processo de sofisticação e valorização de seus meios de hospedagem. A evolução nos valores investidos (ou a serem investidos) por unidade habitacional foi de mais de 250% no período 2001-2009, quando comparado ao período de 1991-1995 no Pólo Litoral Sul.

Após as intervenções do Governo do Estado com recursos próprios e do PRODETUR I, o volume de recursos e o valor dos investimentos realizados pelo setor privado vêm crescendo substancialmente. A implementação das APAs foi determinante para a segurança dos

investidores no que concerne à sustentabilidade e longevidade da atividade turística. A construção da rodovia Ilhéus-Itacaré viabilizou o acesso a uma grande quantidade de praias quase intocadas e deu largada a uma onda de investimentos naquela região.

Além das ações físicas implementadas (resumidamente a implementação de Unidades de Conservação e a Estrada Ilhéus-Itacaré), vale ressaltar o esforço operacional realizado pela Unidade Executora Estadual para a atração e dinamização de investimentos privado no Pólo, simbolizado pelo “Programa de Atendimento Empresarial”.

Faz-se necessário, no entanto, um maior acesso dos pequenos e médios investidores ao crédito, já que fica evidente a escassez de financiamentos de pequeno porte. Com mais crédito disponível, a população local (geralmente sem recursos próprios disponíveis para investimento) teria oportunidade de empreender e haveria um volume ainda maior de investimentos no setor turístico no Pólo Litoral Sul. Esta iniciativa poderia, também, estimular a implantação de empreendimentos menores, como restaurantes e pequenos equipamentos de lazer, para que a oferta turística no Pólo não seja excessivamente formada por hotéis e similares.